



A paisagem urbana como produto do poder

Urban landscape as a product of power

João Henrique Bonametti

Arquiteto e urbanista, Doutorado em História pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique, professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, PR - Brasil, e-mail: joao.bonametti@pucpr.br

Resumo

A investigação histórica proposta neste trabalho é a relação entre poder e paisagem urbana, a partir da abordagem histórico-conceitual sobre estes temas. Conceituou-se *poder* e *paisagem* e suas ações na sociedade, caracterizando as relações políticas. Buscou-se a compreensão de poder formulada por Michael Foucault e Hobbes como o receptáculo de acontecimentos, em que a soberania controla para exercer o poder. Abordam-se questões da relação *paisagem urbana* e *poder*, enquanto estruturadores do espaço da cidade e os significados e contribuições da arquitetura e urbanismo neste processo de produção da paisagem urbana como produto do *poder*. A interpelação de soberania com o espaço e sua atuação na paisagem urbana no decorrer da história da humanidade estabeleceu com o entorno um elo de sobrevivência, contemplação da natureza e vida em sociedade.

Palavras-chave: Paisagem urbana. Poder. História. Paisagismo.

Abstract

The historical research proposed in this work is the relationship between power and urban landscape, through the historical-conceptual approach to these matters. Conceptualized to power and landscape and their actions on society, characterizing relations policies. We tried to understand the power drawn by Michael Foucault and Hobbes as the receptacle of the events, where the sovereign power to exercise control. It discusses the relationship landscape and power, while structuring the space of the city and the significance and contributions of architecture and urbanism in the production process of urban landscape as a product of power. The questioning of sovereignty with the space and its role in the urban landscape in the course of human history, establishing a link with the environment for survival, contemplation of nature and life in society.

Keywords: Cityscape. Power. History. Landscaping.

Introdução

Entre o barro e a metrópole, a paisagem urbana foi uns dos fenômenos mais importantes da história da humanidade. A vida na Terra se desenvolveu pela seleção natural. Cada planta, cada animal, existia dentro do seu nicho ecológico, se adaptando a realização de uma determinada tarefa, dentro do habitat, numa cadeia de sobrevivência. Os seres humanos, assim como todas as outras formas de vida, também se sujeitavam a esse padrão. Com o surgimento das cidades, esse padrão se desfez e a humanidade encontrou um novo nicho.

A evolução histórica da paisagem urbana e dos seus processos de intervenções mostra claramente que sempre se procurou formas para expressar o ideal de poder; refletindo os seus padrões políticos, econômicos, estéticos e culturais, a integração e a compatibilidade entre a arte e a técnica.

Os contatos com a natureza, a tecnologia e o sistema de poder vigente tiveram importância fundamental na vida das civilizações, que construíram, com o passar das eras, uma relação peculiar com a paisagem urbana. Sofrendo variação, a expressão das paisagens construídas determinou, alterou e influenciou as condições da vida do homem.

Ao longo da história o poder foi constituído e demarcado por fronteiras territoriais que, nem sempre, o vivenciavam da mesma maneira. Nas palavras de Novy (2002, p. 40),

a redução do espaço à sua função de receptáculo leva também a não poder perceber o tempo como tempo histórico. Quando, em contrapartida, os espaços são vistos como receptáculos produzidos, a dimensão histórica dos espaços passa para o primeiro plano.

O poder é espacializado pela política, religião e economia, e a maneira como se relaciona com o espaço se diferenciou ao longo da história. Na contemporaneidade se diferencia da *polis* grega ou das aldeias medievais, onde o poder era descentralizado. Com a monarquia, houve a centralização do poder, também característica do poder republicano após o século XIX.

Poder

Segundo Ferreira (2002, p. 541), poder pode ser definido como “[...] dispor de força ou autoridade.

Ter força física ou moral. Direito de deliberar, agir e mandar. Vigor, potência. Domínio, força”. Já Kloss (2001, p. 5) define poder como

[...] conjunto de condições políticas e psicossociais, e de recursos econômicos e militares, de que uma nação dispõe para alcançar e manter, tanto no âmbito interno quanto no campo internacional, seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos que se lhe apóiam.

Por poder compreendemos a capacidade do indivíduo ou organização em impor uma estrutura ao meio ambiente. É a essência da política um mecanismo da distribuição dos valores, influenciado pela distribuição e uso do poder. Por trás da máscara do poder está a justificativa da verdade, pois os conceitos de verdade e poder estão entrelaçados. As verdades, dentro de uma mesma sociedade, podem variar dependendo das transformações ao longo de sua história.

A sociedade se desenvolve a partir de uma infinidade de subsistemas, em que o sistema político produz o poder, que é trocado pelo sistema econômico – a moeda –, que por sua vez é autorizado pela estrutura política para levantar capital. O poder não é o centro, nem a essência da política, e sim um dos mecanismos importantes que influenciam hábitos ou coordenam funções para a realização de uma meta. A política é direção, não poder.

Segundo Martin (1977, p. 34),

o poder é, portanto, a capacidade generalizada de obter o desempenho de obrigações impostas por unidades num sistema de organização coletiva, quando as obrigações são legitimadas com referência à sua influência sobre as metas coletivas, e onde, no caso de recalcitrância, há o pressuposto da imposição através de sanções negativas situacionais, qualquer que seja o agente prático da imposição.

Para Lebrun (1999, p. 10), “à capacidade de exercer o poder ou de efetuar desempenho determinado chamamos de potência, ainda que nunca se concretize”. Se por um lado potência é a capacidade de impor a vontade, a política é a atividade social garantida pela *força* fundada no direito. Assim, poder existe quando a potência é determinada ou exercida pela política, ou pela ordem dirigida das leis. Ainda nas palavras de Lebrun (1999, p. 14),

ter o poder não é, basicamente, estar em condições de impor a própria vontade contra qualquer resistência. É antes de tudo, dispor de um capital de confiança, tal que o grupo delegue aos detentores do poder a realização dos fins coletivos. Em suma, é dispor de uma *autoridade*. O déspota é aquele cuja vontade particular e caprichosa vale como lei, enquanto o poder de Estado persegue fins que são da coletividade.

Existe poder quando uma determinada força é exercida de maneira muito precisa, sob o ponto de vista de ordem dirigida, não de ameaça, chantagem, etc. O exercício do poder se dá pela dominação, ou seja, a probabilidade de uma ordem com determinado conteúdo específico. Os costumes, leis, preconceitos, crenças, paixões coletivas contribuem para esta dominação.

O poder dominante expressa os interesses da sociedade, é uma ampliação das relações familiares, podendo existir, como na família, uma oposição ao poder exercido pela potência.

No sentido mais amplo, as relações de poder nascem da interdependência, possuindo *alter* recursos de que *ego* precisa para realizar suas próprias metas, os quais o *ego* só pode obter por meio de ações autodesinteressadas. Os principais elementos em qualquer explicação das relações de poder são as metas dos atores e a distribuição dos recursos necessários para a sua realização (MARTIN, 1977, p. 75).

As relações de poder são, portanto, uma complexa rede de fatores. No capitalismo, por exemplo, as trocas são mais equilibradas, em relação ao feudalismo ou à escravidão, baseando-se menos na coação, embora ela continue existindo.

Poder e espaço

É nos limites do espaço territorial que a dominação é exercida e onde existe a soberania do poder. Esta é a imagem do Leviatã hobbesiano, mas, por outro lado, também é a concepção de poder e espaço se entrelaçando e nos remetendo à teoria econômica e à ciência política (NOVY, 2002, p. 26).

A delimitação espacial do poder é uma tentativa de ação sobre o território para que haja uma eficácia da dominação da potência, e foi Thomas Hobbes o primeiro a focar a teoria do poder orientado pela ação.

Segundo Novy (2002, p. 27-28),

no sentido tradicional do termo, o poder pessoal é localizado 'bem em cima', na esteira do *Leviatã* de Hobbes. O soberano, o poderoso, impõe às outras pessoas na sua área de influência a sua vontade, eis o modelo padrão da mecânica do poder. Michael Foucault empenhou-se em toda a sua vida em criticar essa concepção do poder. Contrapôs ao *Leviatã* o *panopticon* de Bentham como imagem orientadora do poder. De acordo com essa visão, o poder atua por meios de campos e estruturas que normatizam a vida cotidiana. [...] Hobbes e a sua mecânica do poder, Foucault e os seus campos do poder representam de forma sensorialmente compreensível dois enfoques opostos para a compreensão do poder.

A partir de Hobbes e Foucault, essas teorias podem ser resumidas de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1 - Espaço e poder segundo Hobbes e Foucault

Hobbes	O espaço ou território é o palco para o detentor do poder atuar quantitativamente.	ESPAÇO DE PODER
Foucault	O espaço ou território é o campo de entrelaçamento de estruturas de poder atuando de maneiras diversas.	PODER SOBRE O ESPAÇO

Fonte: Arquivo do autor adaptado de NOVY, 2002, p. 28.

Para Hobbes, o poder do Estado atuando no espaço nação constitui a mecânica do poder. O poder é inerente a todos os indivíduos, mas apenas um ator poderá exercê-lo. Sendo uma organização política e institucional, o Estado expressa os interesses do soberano; e nas palavras de Oliveira (2001, p. 193), é “uma entidade distinta da classe dominante e diferenciada das classes”.

O Estado é o poder e para tê-lo é necessário controlar o Estado, pois sem o poder do soberano, o espaço afunda na desordem e no caos, na guerra de todos contra todos. O Estado é uma poderosa máquina, um animal artificial, o *Leviatã* que pode domar o egoísmo dos indivíduos e produzir a unidade do Estado e do território. O seu poder é absoluto, indivisível e indelegável (HOBBS, 1996, p. 96 apud NOVY, 2002, p. 29).

Segundo Novy (2002, p. 29-30),

esse Estado é decomposto em seus elementos individuais e concebido como corpo: o soberano como a sua alma, os funcionários como as suas articulações, as recompensas e punições como os nervos e assim por diante. O poder parte então das ações de indivíduos, sendo que estas ocorrem na intenção de mover outros a uma determinada ação. [...], o poder é fundamentalmente inerente a todos os indivíduos. Mas há no espaço do poder apenas um ator que pode agir soberanamente: o Estado é o poder. Para ter poder é preciso controlar esse Estado.

Assim o espaço de poder de Hobbes se torna um receptáculo, onde as pessoas buscam o seu controle para exercer o poder do Estado, por meio da legislação do soberano. A soberania pode ser exercida pela *vontade geral* que legitima o poder do soberano.

Na visão de Foucault, o poder não está, necessariamente, localizado pontualmente na estrutura social, mas funciona como uma rede de mecanismos. Funciona como uma máquina social se disseminando por toda a estrutura da sociedade. Para Foucault, o poder do Estado sobre a nação não deve ser repressivo como uma força destrutiva. Por esta razão chamou-o de *poder disciplinador*.

Em primeiro lugar, a disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos com base na inserção dos

corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. Isola em um espaço fechado, esquadrihado, hierarquizado, capaz de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que dele se exige (FOUCAULT, [198-?], p. 18).

Foucault rejeita o modelo mecânico da soberania, que para ele não pode existir um *centro do poder*, mas sim uma complexa rede de elementos atuando com forças distintas. Qualquer pessoa pode cumprir o papel de soberano na sociedade dentro dos seus vários espaços. Tanto a política como a economia estão dentro destas ideias de exercício de poder. Enquanto o modelo de Hobbes parte de um centro de poder político, Foucault vai além, nos remete para o poder da economia.

Paisagem urbana

Etimologicamente falando, a origem da palavra *paisagem* está ligada a um conceito rural de território, *pagus*;¹ já nos países anglo-saxônicos e germânicos, o termo *paisagem* está mais intimamente relacionado com o espaço geográfico, que deve ser abrangido pela visão humana.

Foi a partir do Renascimento que o termo passou ser associado à pintura, sendo que *paisagistas* são os pintores de paisagens. Foi a partir do século XVII que este conceito se fortaleceu, com as paisagens rurais se concretizando como espaço de lazer da população, que fugia cada vez mais do ambiente citadino (MAGALHÃES, 2001, p. 51).

A paisagem pode ser interpretada como a combinação dinâmica de elementos naturais e antrópicos, inter-relacionados e interdependentes, que em determinado tempo, espaço e momento social formam um conjunto único e indissociável, em equilíbrio ou não, produzindo sensações estéticas como um ecossistema (HARDT, 2000).

Existem dois contextos em que a paisagem é analisada: os espaços visuais, que podem ser natural ou antropizado, de lenta ou rápida evolução, respectivamente; e a percepção, representada pela composição de formas naturais e antrópicas; pelos valores de condições de visibilidade, qualidade e fragilidade da paisagem, assim como de potenciais para seu desenvolvimento visual; e pelas respostas sensitivas e psicológicas do observador.

¹ *Pagus*: país, território.

A paisagem urbana deve ser concebida a partir de uma composição espacial sujeita a valores e princípios filosóficos inerentes à sociedade à qual pertence. É onde se configura a sociedade, onde são produzidos os acontecimentos históricos e as transformações socioeconômicas, entre outras; ou seja, uma paisagem com características próprias, que é entendida como cidade.

A intervenção nas paisagens urbanas deve levar em consideração a evolução da sociedade e suas transformações básicas, pois as cidades são dotadas do peso e da permanência das paisagens, onde o atual convive com a decadência; o futuro, com a antiguidade; onde os vestígios e as lembranças estão presentes (PEIXOTO, 1996, p. 12).

Segundo Bonametti (2001, p. 4),

as paisagens urbanas não devem ser lidas somente por meio daquilo que vemos, mas também por meio daquilo com que nos identificamos; por meio daquilo que não conseguimos ver, mas sentimos. As paisagens urbanas devem ser fundadas nos objetos, na luz, na cor, nos sons e na história, assemelhando-se aos panoramas urbanos delineados por Benjamim; onde as tentativas de surpreender o brilho intenso e a delicada beleza estão presentes nas primeiras impressões e na memória das cidades.

A paisagem urbana é uma mistura de arte, ciência e acaso. É compreensível que na sua construção ocorram a renovação das morfologias antigas e a criação de novas que venham a atender aos novos estilos de vida que lhes são atribuídos em cada momento histórico como consequência da manifestação do poder. Desta forma, os seus critérios de organização vão sendo constantemente questionados e modificados com a evolução e transformação da sociedade, das ciências, das técnicas e das diferentes formas de manifestações do poder.

O passado revelado

Nas civilizações antigas era muito explícita a relação entre poder, crenças religiosas e força militar. Atribuía-se aos governantes uma ordem divina, quando não eram a personificação da própria divindade. Estabeleceu-se com a paisagem uma relação de sobrevivência, quando as suas preocupações eram

controlar e melhorar, estética e funcionalmente, a paisagem natural (Figura 1). As relações então estabelecidas com o entorno davam-se dentro de uma área definida, onde se desenvolvia a vida comunitária. Havia sempre a presença da contemplação da natureza como forma de exprimir o temor e o respeito por manifestações de fenômenos contra os quais não havia defesa, e as civilizações mesopotâmicas e egípcia surgiram a partir da conjunção de causas naturais e sociais.

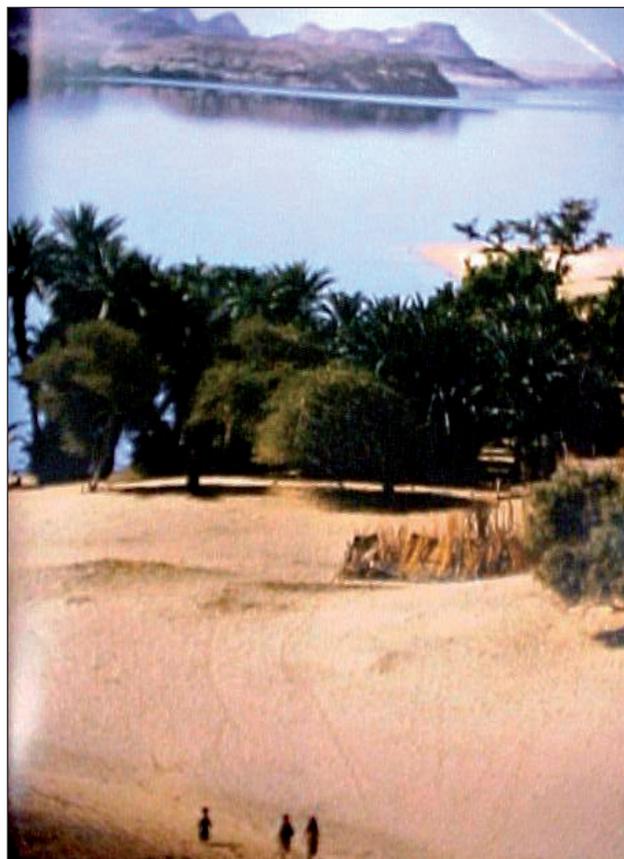


Figura 1 - Paisagem natural do Egito Antigo
Fonte: NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL, 2001.

No caso do Egito Antigo, o solo fértil já alimentava uma civilização dispersa que adorava uma diversidade de deuses. Não demorou muito para que um soberano conquistasse a hegemonia da área e estabelecesse Menfis, ao sul do Nilo, como a capital do reino.

A sociedade egípcia era estratificada e se baseava numa hierarquia, onde figuravam, em ordem decrescente: os deuses, o rei ou faraó, os mortos e, por último, a humanidade. O faraó era considerado a personificação dos deuses, devendo ser adorado

como um deles. A manutenção do poder dependia então da propagação do culto ao rei-deus e do temor que ele inspirava, além do culto à vida pós-morte. A paisagem era construída de modo que este culto fosse cada vez mais fortalecido.

A reverência dedicada ao faraó exercia um impacto direto sobre a paisagem e as cidades, embora de início fossem cercadas por muralhas, deixaram esta prática graças à presença de um rei-deus unificador. As cidades cresceram com as moradias em espaço aberto e se constituíram centros administrativos, a partir de onde os faraós governavam as áreas rurais do reino. As paisagens urbanas eram constituídas de edificações onde ficavam os escritórios, arquivos, armazéns e moradias para as autoridades e sacerdotes dentro de um traçado geométrico ortogonal. Fora dos centros urbanos, ao longo do Nilo, nas necrópoles, enormes pirâmides e imponentes câmaras escavadas nas rochas, os *hipogeus*, abrigavam os restos mortais embalsamados de soberanos e pessoas influentes. Esses empreendimentos dominavam o país e deixaram sua marca nas paisagens do Egito antigo.

As paisagens urbanas que surgiram a partir do mundo greco-romano demonstravam uma grande magnificência, cuja influência viria a afetar os padrões da civilização até os dias de hoje. Na Grécia a vida não era caracterizada por nenhum tipo de dominação, por nenhuma probabilidade de ordem específica que deveria ser seguida pela sociedade. Os gregos ressaltaram os hábitos sociais centrados nas conversas informais, discursos e competições esportivas, sendo que essas atividades definiram em grande parte a organização de suas paisagens urbanas.

Toda a essência da paisagem urbana grega retratada na arquitetura das edificações de suas ágoras e acrópoles apresentava uma completa harmonia com o entorno. As cidades gregas eram fortificadas em virtude das constantes guerras entre elas, e possuíam em sua parte mais alta um espaço cujo nome era *acrópole*, local de grande importância na paisagem, pois ali se concentrava as construções dos templos e moradias dos sacerdotes, sendo o centro do poder religioso. O povo, tanto os escravos como os homens livres, moravam na parte mais baixa, agrupados no sopé da colina, tendo a *ágora* como espaço principal de reunião social. Com o tempo o ponto focal da cidade se deslocou da *acrópole* para a *ágora*, que passou a ser o centro do poder do mundo grego (Figura 2).



Figura 2 - Acrópole de Atenas, vista geral

Fonte: JELICOE; JELICOE, 2000.

O Império Romano substituiu o poder comercial e político da Grécia pelo poder militar, que garantia ao imperador amplos poderes. A sociedade romana tinha suas leis calcadas na administração civil e militar, impondo a disciplina aos cidadãos. Assim, Roma desenvolveu uma forma original e criativa de organizar a paisagem urbana, que deveria fortalecer visualmente o poder do imperador (Figura 3). Roma, entretanto, tinha vantagem tecnológica em relação aos gregos, o que favoreceu o surgimento de cidades cujas paisagens mostravam um domínio maior sobre o espaço natural.



Figura 3 - Ruínas do Fórum Romano.

Fonte: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (2007).

O poder militar definiu um alto grau de organização social e utilitarismo no modo de vida romano, e foi o principal fator que caracterizou a produção da paisagem urbana ao longo do Império.

O centro do poder era o *Fórum*, local de concentração de boa parte dos edifícios públicos importantes: a *régia* (residência do sumo sacerdote), o *comitium* (onde se reuniam as assembleias públicas), a *cúria* (sede do senado), o *tabularium* ou arquivo, várias *basílicas* para atividades judiciais, numerosos templos, *arcos do triunfo* e quantidade de monumentos decorativos. Sendo um espaço diferenciado, constava de uma grande praça com pórtico, presidida por um templo, consagrado a uma divindade ou ao culto ao imperador, que ocupava o centro daquela. Outras construções estruturam paisagens que também deixavam claro o poder do imperador, como os palácios e as termas, entre outros.

De um modo geral, na Antiguidade encontramos indícios de que a paisagem natural era encarada com parte da paisagem urbana construída pelo homem, formando um conjunto de elementos curioso e, ao mesmo tempo, belo. A queda do Império Romano do Ocidente no século V e o estabelecimento dos povos bárbaros nas províncias romanas determinaram a ruptura da unidade artística e política, além da mudança de uma sociedade urbana, na Antiguidade, para uma sociedade agrária medieval, causada pela fuga da população para o campo. Essas mudanças contribuíram para a independência da zona rural e criaram novas formas de organização militar e administrativa.

As transformações econômicas e políticas se fortaleceram durante a formação dos reinos bárbaros e do Império Carolíngio no século XIX. A dependência dos proprietários rurais e dos comerciantes com o Império Romano se esfacelou pela falta de condição dos governantes em garantir apoio e proteção contra as invasões, pela resistência dos germanos em pagar impostos ao Império Romano, pela decadência administrativa de Roma e pela crise das cidades romanas que funcionavam como centros políticos e administrativos do Império. Para Martin (1977, p. 116), o poder do feudalismo era mantido pela coação, pois de outra forma o servo feudal não seria convencido a obedecer às exigências de seu senhor, numa relação de dependência um pouco menor do que a dependência do escravo.

A maior parte da Idade Média ocidental se caracterizou por um poder político descentralizado que estava nas mãos dos senhores feudais, e a sociedade era então composta por uma maioria de iletrados e por uma religião fortemente organizada, a qual defendia que a vida terrena era simplesmente

uma passagem. A preocupação do homem era muito mais a sobrevivência da alma do que a construção da paisagem (Figura 4); a natureza lhe era perigosa e poderia abrir caminhos para pensamentos impróprios. A desconfiança do mundo fez que se desenvolvesse durante esse período uma visão simbólica da realidade.



Figura 4 - Paisagem urbana medieval. Veneza (Itália)
Fonte: ARQUIVO DO AUTOR, 2007.

Ainda nas palavras de Martin (1977, p. 117),

o desenvolvimento levou a extremos o elemento de dependência pessoal na sociedade, com uma classe militar especializada ocupando os mais altos níveis da escala social: uma extrema subdivisão dos direitos de propriedade real; um sistema gradual de direitos sobre a terra criado por uma subdivisão e correspondendo, em linhas amplas, aos graus de dependência pessoal [...]; e uma difusão da autoridade política entre uma hierarquia de pessoas que exercem em seu próprio interesse poderes normalmente atribuídos ao estado.

O espaço territorial era a sustentação do poder feudal, que se baseava em um sistema de deveres e direitos impostos por uma nobreza sobre os seus súditos; tendo como base do poder político o poder comercial. Segundo Novy (2002, p. 158), “[...] politicamente, o rei era soberano; economicamente, um parasita. O poder nacional, o estado, por sua vez passou a ser uma empresa do rei; poder público e privado, propriedade pública e privada se misturavam”.

Dentro desta sociedade feudal, que era militarista, agrária e fragmentada, e em constante conflito, o poder da Igreja advinha, sobretudo, da crença dos homens medievais de que todos os fenômenos naturais ou sociais podiam ser explicados a partir da luta constante entre o bem (Deus) e o mal (demônio). Para Leite (1994, p. 15),

do ponto de vista da paisagem, a Idade Média foi um período histórico de transição, rico no reexame de antigas idéias, na readaptação de velhas técnicas a novas situações, uma era de busca de novos caminhos. No final do período, com o afrouxar do conflito político, o desenvolvimento do comércio e a acumulação de riquezas, o homem já não se satisfazia com uma paisagem de reuniões de preciosos fragmentos da natureza num conjunto perfeito, mas procurava um novo estilo de unidade.

As cidades medievais eram ilhas numa paisagem devastada pelas epidemias de peste e guerras entre os invasores e moradores da região. Foi um período de desgraça e terror; contudo, essa era de trevas também testemunharia mudanças que revigorariam o crescimento das cidades e apressaria o declínio da era medieval. Aos poucos os camponeses redescobriram a arte das fortificações e os mosteiros e castelos construíram trincheiras em torno de seus povoados e restauraram as muralhas romanas. Esta aparente segurança atraía um volume crescente de pessoas que fugiam do campo para se fixar nas cidades.

No fim da Idade Média, com o desenvolvimento da técnica e das transações comerciais, ocorreu o fracionamento dos poderes locais. No século XIV nasceu o poder institucionalizado das nações, dotado de poder próprio, encarregado da segurança e da justiça na sociedade. O início da Idade Moderna trouxe nitidamente a dualidade entre política e economia, pois tinha de um lado a centralização do poder e do outro, a expansão do capitalismo pela circulação das mercadorias. O poder político exercido pelas monarquias, absolutas e legisladoras, anteriores ao século XIII, tinha na autoridade dos soberanos o poder de conceder, anular, instituir e redistribuir os direitos como bem lhe aprouvesse.

Com a Reforma Católica no século XVI, ocorreu uma ruptura com relação à teologia medieval, com base na aceitação de outras relações do

homem com o universo, garantindo assim maior autonomia sobre seu destino, principalmente no norte da Europa. Desta forma, todos os campos do conhecimento humano sofreram modificações, o que influenciou a construção da paisagem e o planejamento das cidades, marcando assim o fim de uma era que seria, no século XVIII, a base da revolução inglesa da paisagem.

A Europa, desde o início do Renascimento, refletia o espírito do seu tempo e a paisagem urbana tinha harmonia e simplicidade, fazendo com que seu conjunto unificado demonstrasse o perfeito entendimento entre natureza e ciência. As cidades refletiram o antropocentrismo e racionalismo deste período. A rua era tida como a unidade de planejamento urbano e as plantas das cidades eram baseadas em quarteirões. Foram projetadas as chamadas *cidades clássicas*, com traçados regulares, cujas ruas irradiavam de espaços centrais com praças e/ou construções. Estas cidades em formato de estrela, com traçados concêntricos, tinham funções estratégicas para acentuar perspectivas urbanas. As catedrais, importantes referências urbanas, localizavam-se em grandes praças ajardinadas. Muitas dessas cidades eram fortificadas, retratando desenhos de estrelas.

O poder político passou a se concentrar nos governos nacionais, os dirigentes se preocuparam em ressaltar seu poder no planejamento e construção das suas capitais. O emaranhado das ruas medievais foi substituído por avenidas centrais retilíneas com edificações cujas fachadas eram uniformes, inspiradas nos ideais clássicos. A inspiração dos arquitetos e governantes dessa época vinha do passado. Desde o século XIV, na Itália florescia um grande interesse pela cultura clássica. À medida que as nações europeias se organizavam politicamente, as paisagens urbanas se tornavam tão belas quanto as cidades do passado, como Roma e Atenas.

Cada vez mais as capitais eram consideradas os centros das nações e os ricos estavam lá para representar o poder e influenciar os costumes. Aristocratas funcionários do Estado, juízes e comerciantes bem sucedidos possuíam luxuosas residências na cidade, os *hotéis*. Eles traziam consigo a riqueza e geravam novos empregos. Nem todos, porém, se beneficiavam com isso; fora dos luxuosos casarios urbanos formigava a massa urbana dos pobres, lutando para sobreviver do trabalho braçal e habitando em pequenos alojamentos alugados.

A cidade barroca surgiu como consequência da renascentista ou clássica, sendo seus traçados

semelhantes, porém o espaço urbano ganhou maior movimento e riqueza com a arquitetura e o paisagismo. A simetria era relativa, e procurava maior liberdade de composição e busca da grandiosidade (cidades-cenários). O desenho urbano era realizado com base na composição arquitetônica, com simetria rigorosa, ritmo, dominância de massas compactas e aspecto imponente e sólido das obras, além de expressivos espaços abertos urbanos impermeabilizados. A paisagem se desenvolve a partir de um desenho de um centro de onde partem vários raios como canais de distribuição. A maioria das cidades barrocas teve sua construção em lugares nivelados, embora a planta tenha sido largamente aceita pelos aristocratas; seus planejadores não puderam prever o futuro. Suas realizações eram absolutamente simétricas, exclusivas e rígidas, não admitindo as necessidades que viriam com as gerações futuras. Com grande preocupação formal, passando a ser simultaneamente bela e utilitária, estimulada pelo desenvolvimento do romantismo, marcou o início da inserção dos jardins na paisagem da cidade.

Com o crescimento e as melhorias das cidades, uma vida pública mais animada e exuberante transformaram ruas inteiras em centros comerciais para atender às necessidades de uma sociedade orientada para o consumo. Estas ruas fervilhavam de pedestres procurando esquivar-se dos veículos que rangiam sobre a pavimentação de pedregulhos. Segundo Clark (1996, p. 133),

um divertimento mais acessível era a visita a um dos inúmeros jardins recém-criados. Todas as classes da sociedade, desde a realeza até os empregados de lojas, reuniam-se para ouvir orquestras, tomar ponche, participar de bailes à fantasia e encontrar amores nas alamedas arborizadas.

A Revolução Industrial trouxe consequências catastróficas para as cidades, cujas paisagens urbanas mostravam uma realidade de degradação e baixa qualidade de vida para a maioria da população. O ímpeto da revolução transformou cidades provincianas em centros movimentados e caóticos e retirou o homem do campo e do ambiente doméstico, concentrando-o nas periferias urbanas. O crescimento das cidades ocorreu de maneira acelerada e anárquica, originando condições de salubridade deploráveis.

A paisagem urbana no século XIX sofreu uma drástica reviravolta: as ruas bem organizadas e planejadas para refletir a ordem e a beleza dos tempos clássicos foram esvaçadas pelas indústrias. O poder agora pertencia às máquinas, e não aos monarcas. Nenhuma majestosa concepção de planejamento urbano podia dar conta do impacto maciço da indústria e da força de trabalho que a acompanhava.

Para Magalhães (2001, p. 71),

a classe burguesa nascente necessitava de habitações que simbolizassem o seu poder. Surgiu assim a necessidade de construir habitações em enorme quantidade, necessidade essa que convergiu com o aparecimento de novas formas de construção. As preocupações com a qualidade de vida nas cidades e limitar o crescimento populacional desenvolveram-se ao longo do século XIX

A crescente necessidade de intensificar a relação do homem com a natureza afastou o formalismo racional para seu extremo oposto, a saber, o Romantismo. Porém na maioria dos países somente existia a visão romântica da paisagem no tocante aos parques e jardins, que conviviam com o classicismo no desenho e na arquitetura da cidade. O Romantismo surge então como uma reação a uma paisagem urbana totalmente comprometida e produzida pela Revolução Industrial, e recorreu à visão pitoresca para resgatar a paisagem do século XVII.

As transformações revolucionaram o cotidiano das pessoas, sobretudo as de classe média e alta, e com o surgimento do automóvel ficou mais evidente o profundo impacto causado na forma e aspecto das cidades. Foi, entretanto, a eletricidade a maior contribuição para transformação da paisagem urbana, radicalmente diferente. A eletricidade tinha uma qualidade mágica. Era tão nova e limpa comparada com o gás e o carvão, e seus processos eram tão invisíveis que suas possibilidades de intervenção nas paisagens urbanas pareciam ser praticamente ilimitadas (RELPH, 1987, p. 23).

No entanto, as paisagens urbanas do fim do século XIX não se revelaram como o desejado. Na realidade, o poder do capitalismo e o materialismo comercial floresceram, as cidades expandiram-se vertical e horizontalmente, o socialismo divulgado era monótono e centralizado, e as tecnologias que

mudaram a face do mundo encorajaram a massificação, em vez da criatividade individual e da arte decorativa.

O planejamento urbano surgiu com uma tentativa para que as cidades funcionassem tão eficientemente quanto as fábricas, ideia que tomou formas diferentes uma das outras. Regimentos municipais para definições de padrões de construção, arranjos pitorescos da cidade (Figura 5), até os modelos para as cidades industriais se tornaram os antecedentes do planejamento moderno.



Figura 5 - Cidade de Bath.

Fonte: JELLICOE; JELLICOE, 2000.

A paisagem urbana do início do século XX atravessou uma crise em relação não só aos valores estéticos como aos políticos e sociais, produzindo profundas alterações na estrutura física das cidades. O parque tornou-se o espaço aberto mais importante da paisagem urbana europeia e na América acontece o Movimento dos Parques Americanos, liderado pelo arquiteto-paisagista Frederick Law Olmsted, responsável pelo projeto do Central Park de Nova York (Figura 6).

Segundo Relph (1987, p. 53), apareceram dois movimentos urbanísticos separados: a Cidade-Bela, ou *City Beautiful*, e a Cidade-Jardim. Originados, respectivamente, na América e na Inglaterra, acabaram por tornar-se tendência internacional. A *City Beautiful* floresceu durante os primeiros quinze anos do século XX nos bulevares públicos das grandes capitais europeias. A reconstrução de Paris, realizada por Haussmann, e a construção da Viena Ringstrasse foram seus modelos clássicos.

A *City Beautiful* espalhou-se pelo mundo afora, buscando consolidar governos que se viram ante a necessidade da implantação de capitais nas mais longínquas partes do globo, para fortalecer e

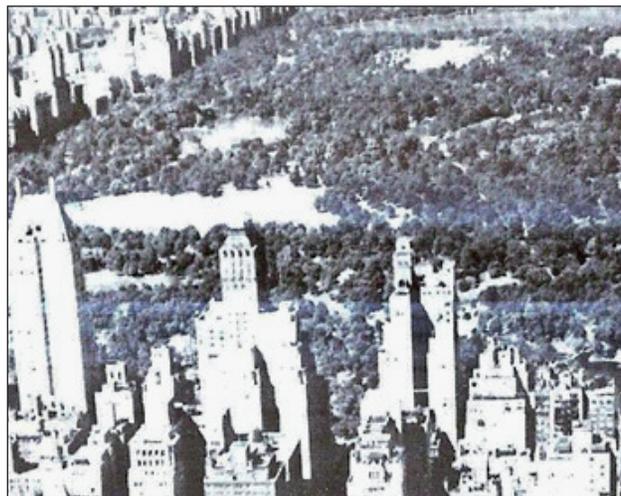


Figura 6 - Central Park, Nova Iorque, EUA.

Fonte: JELLICOE; JELLICOE, 2000.

assegurar seu poder, onde a preocupação básica era a higiene. A sede do governo seria instalada num núcleo central e, ao lado, a área empresarial; junto de ambas ficaria o centro de compras. Todos esses elementos seriam projetados em torno de um esquema viário geométrico formal, com avenidas amplas que desembocassem em anéis de tráfego (Figura 7). Seriam circundados por áreas residenciais de baixíssima densidade, onde casas unifamiliares ocultavam-se dentro de imensas propriedades privadas, e outras partes com projetos similares à Cidade-Jardim.

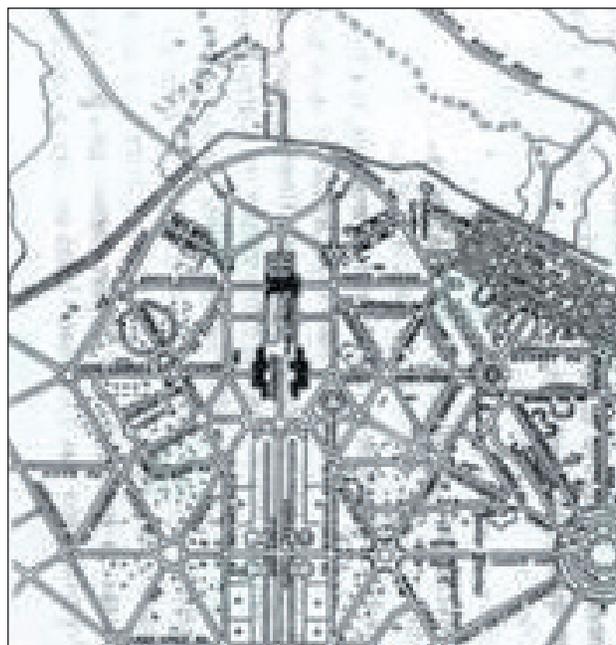


Figura 7 - Estrutura Urbana – *City Beautiful*, EUA

Fonte: JELLICOE; JELLICOE, 1995.

Na Europa, o movimento *City Beautiful* ocorreu na era dos grandes ditadores. A ideologia fascista tinha, em relação à cidade, muitos pontos em comum com o nazismo: só a vida rural era realmente saudável; a metrópole era a origem da maioria das coisas ruins. O fascismo de Mussolini fez com que as cidades crescessem de forma desmesurada, como nunca antes acontecera. A paisagem urbana, agora, exercia uma função deliberadamente monumental: era dessa maneira que os arquitetos da *City Beautiful* entendiam suas cidades e era dentro dessa ótica que eles procuravam transformá-las. Todavia, suas principais manifestações ocorreram nos desenhos de grandes cidades do centro e do oeste norte-americano e nas capitais asiáticas e africanas do vasto Império Britânico, conforme classifica Hall (1995, p. 207).

O outro movimento estruturador da paisagem urbana nesta época foi o conceito da Cidade-Jardim (Figura 8), idealizado por Ebenezer Howard, que defendia a ideia de que não existem apenas duas possibilidades para o homem: a vida na cidade e a vida no campo. Há uma terceira solução, na qual todas as vantagens da vida mais ativa na cidade e toda a beleza e as delícias do campo podem estar combinadas de um modo perfeito. A cidade e o campo se atraem, e cada um procura atrair para si a população; a essa rivalidade vem interpor-se uma nova forma de vida, que participa das duas outras.

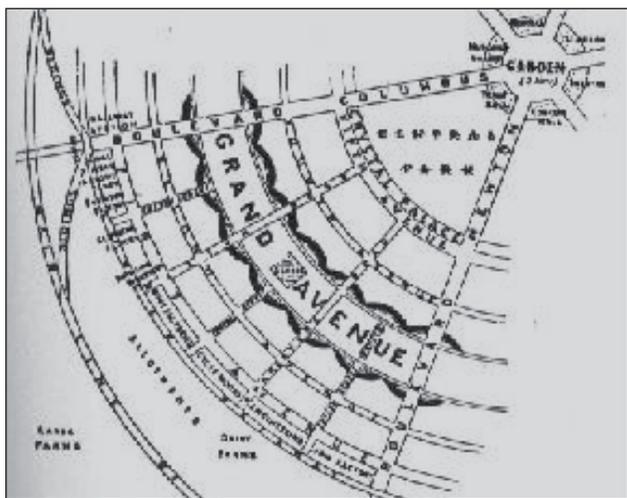


Figura 8 - Diagrama da Cidade-Jardim.

Fonte: JELICOE; JELICOE, 1995.

Analisando estes dois movimentos, é evidente que eles discordam entre si conceitualmente. Enquanto o movimento *City Beautiful* objetivava *fortalecer o poder dos soberanos*, o movimento Cidade-Jardim tentava melhorar a qualidade de vida da população, numa visão ecológica.

Os modelos utópicos de planejamento propostos por Fourier (Falantérios²) até a Arturo Soria y Mata (Cidade Linear³), procuraram soluções para uma sociedade industrial que havia nascido e crescido sem um planejamento urbano. Nos primeiros trinta anos do século XX, um número de procedimentos e ideias para melhorar as condições de vida urbana foram reunidos num sistema denominado Planejamento da Cidade. De início, esse planejamento foi concebido como meio de oferecer soluções a todos os problemas urbanos pela reconstrução radical para embelezamento da paisagem urbana ou pela construção de Cidades-Jardim completamente novas.

O modernismo entendia a paisagem urbana como a solução dos problemas morais e sociais e que o comportamento humano poderia ser direcionado pelas condições físicas exteriores ao homem, além de estar embasada mais na arquitetura dos edifícios do que na arquitetura paisagística, dando prioridade à função dos espaços. A ideia de concepção de paisagem urbana era baseada em conceitos que eram contrários às cidades insalubres e incidiam sobre o urbanismo e a arquitetura, que culminou na Carta de Atenas. A paisagem das cidades foi considerada pelos modernistas como um elemento do meio, tendo de ser planejada e construída pelo poder científico, e o crescimento urbano obrigou a criação de um pensamento de diversos tipos de paisagem, que iam dos mais naturalistas até os mais antrópicos. De acordo com Magalhães (2001, p. 105),

a preocupação da objetividade e da justificação científicas das intervenções, com raízes na sensibilidade positivista cartesiana, conduziu a um verdadeiro frenesi da quantificação e à redução dos valores simbólicos e artísticos, por natureza, inquantificáveis, que tinham regido a percepção da paisagem no século XIX.

² Descrição da cidade ideal, concebida como o local de uma melhor organização social. Palácio social onde viveriam em aproximadamente 1.600 pessoas. O edifício teria uma rua galeria sobre a qual os apartamentos se abririam, segundo Harquel (1990, p. 117).

³ Proposta para a cidade de Madri (1882), onde Arturo Soria tentou impor uma solução baseada na tecnocracia. A Cidade Linear toma para si o desenvolvimento urbano.

Na sequência do modernismo, uma nova atitude de forte reação se instalou e ideias opostas foram se concretizando na procura de alternativas para a problemática paisagística, que, apesar de todo o esforço dos modernos, ainda se fazia presente. Ainda nas palavras de Magalhães (2001, p. 140),

a atitude de completa ruptura com uma situação anterior, esquecendo a experiência adquirida, com os erros cometidos é, uma atitude também tipicamente modernista [...]. A própria idéia de modernidade está estreitamente correlacionada com o princípio de que é possível e necessário romper com a tradição e instaurar uma maneira de viver e de pensar absolutamente nova.

Convencionou-se chamar pós-industrial a era iniciada na década de 1950, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, quando as grandes potências retomaram a busca do progresso material e se lançaram a uma vertiginosa corrida pela superação técnica. No domínio do poder científico, o conhecimento, o período que alguns viriam a chamar *pós-moderno* caracterizou-se por uma profunda modificação na própria natureza das ciências, sob o impacto da evolução da tecnologia. Entendemos, assim, por *pós-moderno* o estado da cultura posterior às transformações que, nas sociedades desenvolvidas do século XX, afetaram os critérios de verdade ou as regras do jogo que regulavam o fazer científico, filosófico e artístico na modernidade.

A condução da sociedade, antes dirigida pelo poder político, é assumida por uma camada formada por dirigentes de empresas, tecnocratas, altos funcionários, dirigentes de órgãos sindicais, profissionais etc. O traço mais peculiar do saber pós-moderno, o fato de definir ele próprio às regras que o legitimam, aproxima procedimentos científicos de procedimentos políticos, tornando as diferenças entre ambos cada vez mais difusas. A razão pós-moderna opõe, às categorias tradicionais da filosofia, novas categorias teóricas, como aumento de potência, eficácia, otimização do desempenho, etc.

A realidade entendida como prática bem-sucedida passa a ser a instância que fornece provas para a argumentação científica e subsídios para os enunciados éticos, jurídicos e políticos. Assim, controlar a realidade por meio da tecnologia significa também controlar as instâncias ética, jurídica e política da sociedade. Esse é o procedimento mediante o qual toma forma a legitimação

pelo poder; o bom desempenho se erige como critério de verdade da ciência e os mesmos fundamentos qualificam os comportamentos morais e políticos. Os setores da pesquisa que não contribuem direta ou indiretamente para a otimização do desempenho perdem o interesse dos financiadores, são abandonados e seus temas passam à obsolescência.

Na década de 60, o período contemporâneo já estava consolidado e já não se podia fugir dos problemas da pobreza, da desigualdade social e do aumento da população mundial. A sociologia começou a apontar os grupos como a unidade básica da sociedade e não mais os indivíduos. Tudo isso influenciou de maneira categórica e marcante as propostas para o planejamento das paisagens urbanas a partir de então.

À medida que a população aumentava, a velocidade dos meios de transporte e o desenvolvimento dos meios de comunicação tornaram mais complexa a consciência do homem em relação à paisagem.

As teorias da percepção ambiental de Lawrence Haidrin propuseram um processo de projeto de interpretação da paisagem, objetivando a integração das pessoas e não apenas dos edifícios. Segundo ele, as pessoas são parte das paisagens urbanas e, como tal, são influenciadas por elas (Figura 9).

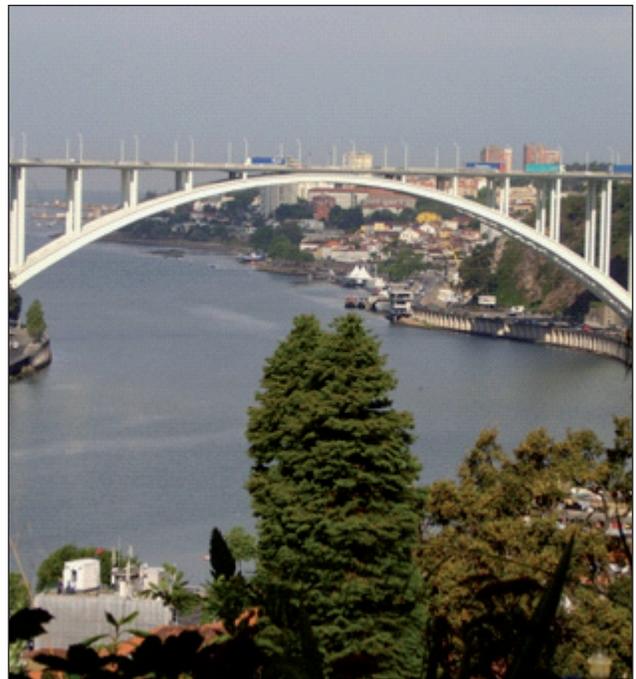


Figura 9 - Paisagem urbana contemporânea. Cidade do Porto (Portugal)

Fonte: ARQUIVO DO AUTOR, 2006.

A paisagem urbana contemporânea da globalização marca as paisagens atuais, defendendo a ruptura pela desmistificação e rejeição da unidade e uma percepção da paisagem urbana individual, por meio dos significados globais, que muitas vezes estão ausentes; se impondo a *neutralidade* dos espaços anônimos nas cidades, semelhantes em todo o mundo.

De certa forma há um retorno ao “menos é mais” de Mies Van der Rohe, na corrente paisagística minimalista,⁴ em que o pouco uso de elementos compositivos explora, ao máximo, as qualidades estéticas. A simplicidade do modernismo parece renascer na paisagem das cidades, e os espaços são aceitos pelo que são e não mais pelo que significam independentes do contexto urbano.

Conclusão

No contexto da paisagem urbana contemporânea, é muito importante a compreensão entre a experiência paisagística atual com o conhecimento do passado. A história da paisagem urbana oferece novos horizontes, e não somente modelos. Ela pode promover a prática, a imaginação e a criação e, conseqüentemente, a evolução e a transformação.

Por meio do reconhecimento dos elementos duradouros ou efêmeros que compõem a paisagem, podemos verificar a renovação de antigas morfologias urbanas pela justaposição de novas formas e tipologias arquitetônicas. As necessidades e desejos definiram formas e funções por meio da intuição, imaginação, inteligência e cultura. São estas, portanto, as forças atuantes na criação do espaço urbano.

O poder tem na paisagem urbana uma importante aliada na espacialização de seus anseios políticos, econômicos e sociais. A relação entre paisagem e poder fornece o conhecimento e a chave para o entendimento do espaço urbano e compreensão da inter-relação entre espaço e sociedade.

A paisagem urbana é a expressão dos valores materiais e culturais de uma determinada época e o espaço de ação do poder. Desta inter-relação surgiram impérios, metrópoles, colônias e nações onde o poder delimitou sua atuação espacial e deixou claros seus interesses.

A paisagem urbana também é o reflexo da relação entre o homem e o poder exercido por e sobre ele na natureza. E o modo como ela é projetada e construída reflete uma cultura que é o resultado da observação que se tem do ambiente e também da experiência individual ou coletiva. Por outro lado, as paisagens urbanas não devem ser percebidas somente por meio daquilo que vemos, mas por aquilo com que nos identificamos ou sentimos. A paisagem urbana no decorrer da história foi configurada a partir da sua estreita relação com o poder, portanto, sua espacialização sempre dependeu das políticas.

Buscando a compreensão de poder formulada por Michael Foucault como *máquina social*, disciplinadora da sociedade, e comparando com o pensamento sobre o *espaço de poder* de Hobbes, como o receptáculo de acontecimentos, podemos perceber as questões da relação *paisagem urbana e poder*, enquanto estruturadores do espaço da cidade e os significados e contribuições da arquitetura e urbanismo neste processo de produção da paisagem urbana como produto do poder.

A inter-relação de soberania com o espaço e sua atuação na paisagem urbana nas civilizações do mundo antigo estabeleceu com o entorno um elo de sobrevivência. As relações então estabelecidas com o espaço davam-se dentro de uma área definida, onde se desenvolvia a vida comunitária. A presença da contemplação ocorria na natureza como forma de exprimir o temor e o respeito por manifestações de fenômenos contra os quais não havia proteção. A defesa em relação ao entorno estruturava fisicamente a paisagem das cidades e era definida tanto pelo poder religioso como pelo político e econômico, configurando os sítios das civilizações antigas e suas paisagens urbanas.

No período medieval ocorreu uma mudança do meio urbano para o meio rural e uma adaptação a novas situações políticas e econômicas. À medida que os conflitos políticos diminuía, com a definição do território e extinção do período feudal, o desenvolvimento do comércio e a acumulação de riquezas fizeram com que o homem procurasse uma nova construção do espaço urbano, indo mais além do que uma paisagem de reuniões de fragmentos da natureza.

⁴ O minimalismo tem como conceito o significado espiritual, com a ênfase em se chegar à redução e à essência. A partir de um mínimo de elementos se chega à máxima estética, segundo Franco (1997, p. 38).

A paisagem urbana renascentista refletia racionalidade e harmonia e era visível o entendimento do homem sobre o meio construído, demonstrado na relação natureza, ciência e arte.

No século XVIII, a nação era o “paraíso terrestre”, onde deveria haver harmonia entre o homem e a natureza, resultado de uma vida terrena espiritual e materialmente compensadora. Isso ocorreu graças à perda parcial de poder da Igreja e ao fortalecimento político das nações, contribuindo para o surgimento de novas ideias estéticas mais realistas, o que resultou em uma paisagem construída mais racional e visível. As cidades passaram a ter uma paisagem com um caráter mais arquitetônico, grande preocupação formal, sendo simultaneamente bela e utilitária.

No início da Idade Contemporânea a paisagem urbana, estimulada pelo desenvolvimento do Romantismo, é caracterizada pelo início da inserção dos parques e jardins na paisagem da cidade. Associou os aspectos naturais e construídos na paisagem, reconhecendo as potencialidades e as restrições de cada um dos seus espaços, lançando as raízes de uma nova filosofia paisagística. Os projetos desse período concebiam as paisagens como um sistema unificado das funções urbanas e rurais, onde o reconhecimento da articulação dos componentes do espaço urbano definia as formas da paisagem da cidade.

A atualidade é marcada por rupturas com uma conotação mais ecológica, com tendências pós-modernistas e a utilização de antigos ícones do passado a partir de usos e formas inovadores de tratamento dos espaços. No Brasil, a contextualidade cultural está presente na concepção da paisagem urbana, pois há grande influência de outras culturas. É visível a padronização das paisagens urbanas graças à globalização, por meio das tendências paisagísticas mais recentes. O caráter reflexivo passou a englobar a arquitetura, o desenho urbano, a paisagem natural, os planos urbanos e a legislação dentro da cidade.

Referências

- BONAMETTI, J. H. **A ação do IPPUC na transformação da paisagem urbana de Curitiba a partir da área central**. 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001.
- CLARK, P. **A evolução das cidades: o grande projeto**. Rio de Janeiro: Abril Livros, 1996.
- FERREIRA, A. B. de H. **O minidicionário da língua portuguesa: século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, [198-?].
- FRANCO, M. A. R. **Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem**. São Paulo: Annablume, 1997.
- GEOFREY, S. J. **El paisaje del hombre: la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1995.
- HALL, P. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HARDT, L. P. A. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana**. 2000. 323 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.
- HARQUEL, J.-L. **História do urbanismo**. Campinas: Papirus, 1990.
- HOBBS, T. **Leviathan oder Stoff, Form und Gewalt eines kirchlichen und bürgerlichen Staates**. Frankfurt: Suhrkamp, 1996.
- JELICOE, G.; JELICOE, S. **El paisaje del hombre: la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1995.
- JELICOE, G.; JELICOE, S. **El paisaje del hombre: la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2000.
- KLOSS, M. E. C. de O. **Requalificação da Paisagem Urbana: estudo de caso no Centro Cívico de Curitiba**. 2001. Monografia (Especialização em Paisagismo) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2001.
- LEBRUN, G. **O que é poder**. Primeiros Passos: São Paulo: Brasiliense, 1999.
- LEITE, M. A. F. P. **Destrução ou desconstrução**. São Paulo: HUCITEC-FAPESP, 1994.
- MAGALHÃES, M. R. **A arquitectura paisagista: morfologia e complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- MARTIN, R. **Sociologia do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. **Grécia Antiga**. 37. ed. São Paulo: Abril, 2001. Edição especial de colecionador.

NOVY, A. **A desordem da periferia**: 500 anos de espaço e poder no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, R. C. de. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PEIXOTO, N. B. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC, 1996.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ – PUCPR. **Acervo fotográfico de paisagismo**: programa das disciplinas. Curitiba: PUCPR, 2005-2010.

RELPH, E. **A paisagem urbana moderna**. Lisboa: Edições 70, 1987.

Recebido: 09/07/2010

Received: 07/09/2010

Aprovado: 10/10/2010

Approved: 10/10/2010